

ATA DA 3ª. REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO
MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO BAIXO RIO NEGRO

A 3ª. Reunião do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro iniciou-se às nove horas e vinte minutos do dia vinte e um de Agosto de dois mil e doze, no Restaurante Canto da Peixada, em Novo Airão. Francisco Oliveira (SDS/CEUC) iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e houve uma rodada de apresentação dos participantes desta reunião. Em seguida, apresentou a pauta da reunião e houve a solicitação de inclusão de pauta adicional: SEMMAS Manaus: projeto de educação; FOPEC: redelimitação do PERN Setor Sul e RDS; Colegiado: perfil de organizações; CERBAC: informes PCC e GTA; ICMBio/Roraima: instalação de hidrelétrica no Rio Branco; ISA: Rede Rio Negro. Cristina Tófoli (IPÊ) procedeu com a leitura da ATA anterior e, após as correções necessárias, o Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro a aprovou por unanimidade. Sobre os encaminhamentos da reunião anterior, foram enviadas as três moções propostas. Ana Flávia Zingra (ICMBio) informou que a reunião entre ACWA e FUNAI ainda não ocorreu, o plano de ação do Mosaico do Baixo Rio Negro foi revisado em reunião agendada pelo colegiado, não houve a consulta ao MMA sobre inserir a área do Mosaico todo no Sítio do Patrimônio Mundial Natural. Como encaminhamento, Yara Camargo (FVA) sugeriu das reuniões do Colegiado ocorrerem toda última sexta-feira de cada mês, o que foi aprovado pelos membros do Colegiado. Dando prosseguimento, Ana Flávia apresentou o resultado da revisão do Plano de Ação do Mosaico. Para todos os programas, foram feitos os ajustes necessários tanto no objetivo do Programa como nas atividades e prazos dos sub-programas, com a inclusão de novos parceiros, quando necessário. Sobre o Programa de Conhecimento: Tatiana Schorer (SDS/CEUC) sugeriu verificar a ferramenta de monitoramento do IPEA. Wilde Itaborahy (ISA) sugeriu consultar a ferramenta de monitoramento da pesquisadora Daniela (dissertação do mestrado de Gestão de Unidade de Conservação, do INPA). Como encaminhamento, Ana Flávia sugeriu a criação de um banco de dados de pesquisa do Mosaico BRN, que deverá ser apresentada na próxima reunião, pelo Colegiado. Sobre o Programa Ordenamento Territorial: Ana Flávia sugeriu, como encaminhamento, na próxima reunião do Mosaico, criar a Câmara Técnica de Ordenamento Territorial para tratar os assuntos e dar andamento às ações recomendadas para este Programa. Aginaldo Queiroz (CERBAC) sugeriu inserir o pessoal do Programa Terra Legal e a Rede Rio Negro como parceiros no Programa. Sobre o Programa Educação Ambiental e Organização Social: Aginaldo sugeriu inserir o Conselho Estadual de Educação Ambiental como parceiro nas atividades do Programa. Como encaminhamento, na próxima reunião do Mosaico, haverá a apresentação das ações do AJURI na região. O Colegiado sugeriu excluir o Sub-programa *Participação dos Jovens nos Fóruns de Discussão das Áreas Protegidas* do Plano de Ação, o que foi acordado por unanimidade pelos conselheiros. Sobre o Programa Políticas Públicas: Sobre a meta referente à documentação, como encaminhamento para a próxima reunião, o Colegiado fará convite ao pessoal do INSS para explicar sobre a documentação necessária para se obter os benefícios da Previdência Social. Sobre o Programa Comunicação: as ações deste programa estão voltadas para captação de recursos. Wilde informou que há o *site* da Rede Rio Negro que pode agregar informações sobre o Mosaico BRN, podendo até inserir documentos para *download*, se for o caso. Sobre o Programa Uso Público: este programa foi revisado pela Câmara Técnica de Uso Público do Mosaico, com inclusão de metas e atividades. Priscila Santos (ICMBio) informou que há uma compilação de

documentos das Unidades de Conservação que abordam o tema Uso Público, falta definir em que *site* poderá ser hospedado, por enquanto, encontram-se arquivados no banco de dado virtual, cujo procedimento de acesso foi encaminhado por e-mail pela Nailza (IPÊ). Priscila informou que houve uma reunião para tratar sobre a construção do Centro de Visitantes do Mosaico, onde o ICMBio, por meio do Projeto Parques da Copa, disponibilizará o recurso financeiro para construção do Centro. O Arthur SOBRENOME, Secretário Municipal de Turismo, sinalizou que há possibilidade da Prefeitura Municipal de Novo Airão disponibilizar o terreno para a construção. Sobre o Programa Uso dos Recursos e Alternativas de Renda: o Colegiado avaliou as metas como sendo ambiciosas e que as atividades devem ser executadas a médio e longo prazo. Aginaldo sugeriu convidar um representante da SEPROR para apresentar o Projeto Rio Negro, que faz parte do Programa Amazonas Rural, onde há ações específicas para o rio Negro. O Projeto Rio Negro tem como objetivo apoiar a segurança alimentar em uma região de forte concentração de população indígena com ações de piscicultura, criação de pequenos animais (ovinos, caprinos e avicultura), extrativismo (peixe ornamental, beneficiamento de piaçaba) e ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural. Sobre o Programa Proteção: Tatiana sugeriu criar um banco de dados georreferenciado, onde estariam destacados os diversos conflitos existentes nas Unidades de Conservação, facilitando assim, a análise e confecção de mapas temáticos (pressão, ameaças, autos de infração). Angeline Ugarte (SEMMAS Manaus) salientou que é importante ter ações de educação ambiental além da fiscalização, voltadas para a proteção ambiental. Aginaldo ressaltou que as operações de fiscalizações devem ser confidenciais, no entanto, os resultados dessas operações deveriam ser compartilhados com os demais Órgãos e uma forma de compartilhar seria por meio de palestras nas reuniões do Conselho de Mosaico. Aginaldo defende que o Batalhão Ambiental, GECAM devem ser parceiros neste Programa. Francisco Pinto (SDS/CEUC) questionou sobre como vem sendo tratada a interface entre os Conselhos Gestores das Unidades de Conservação e o Conselho de Mosaico. Houve diversas colocações dos participantes sobre a fiscalização na área do Mosaico BRN, considerando o que diz a Legislação. A conclusão é de que ocorram tratados institucionais formalizados para conduzir as ações de fiscalização. Como encaminhamento, o Colegiado fará a revisão do Programa Proteção e apresentará a redação atualizada na próxima reunião. Aproveitando a oportunidade da presença de Francisco Pinto, Ana Flávia ressaltou a necessidade de incorporar mais uma pessoa na equipe que atua no Baixo Rio Negro, hoje, estando a cargo do Francisco e Jaime. Fez-se um intervalo de uma hora e trinta minutos para o almoço e, às catorze horas, retornou com a reunião, dando continuidade à pauta. Roberto Franklin (SDS/CECLIMA) explanou sobre o *Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas Florestais no Amazonas*, cujo plano encontra-se dividido em quatro eixos. O plano foi formulado em 2009 e encontra-se em processo de revisão. Roberto informou sobre as atividades desenvolvidas nos diversos municípios, dentre elas: sobrevoos (fiscalização e monitoramento), elaboração de Boletim de Foco de Queimadas, formação de brigada de incêndio, CAR – Cadastro Ambiental Rural. Apresentou as taxas anuais de desmatamento (2003-2011), onde percebe-se uma redução do desmatamento em 2011. No Mosaico BRN, os principais focos de desmatamentos encontram-se localizados nas APAs Estaduais. Tatiana chamou a atenção para a ausência de projetos que tratem os efluentes despejados nos canais de água. Yara Camargo (FVA) explanou sobre *Degradação Ambiental no Baixo Rio Negro: Suas Ameaças à Conservação da Sociobiodiversidade no Mosaico Baixo Rio Negro*. Quando se compara com outras regiões da Amazônia, a região do Baixo Rio Negro

encontra-se conservada, no entanto, nota-se duas frentes de ocupação, uma localizada na região próxima à Manaus e outra localizada na Bacia do Rio Jauaperi. Yara apresentou uma tabela com a porcentagem de desmatamento de cada UC que compõe o Mosaico BRN, tendo como referência o ano de 2009. Dentre as Unidades de Conservação com maior índice de desmatamento estão: RDS Tupé, APA ME Rio Negro Setor Tarumã-açu/Tarumã-mirim e APA MD Rio Negro Setor Paduari/Solimões (área próxima à Manaus). A FVA vem acompanhando a evolução do desmatamento no trecho da AM-352 e AM-070, desde 1973. Dentre os agravantes para a degradação, destacam-se: os projetos da Região Metropolitana de Manaus, olaria de Iranduba, projeto da Cidade Universitária, ponte sobre o Rio Negro, especulação imobiliária, expansão industrial. Após proferidas as palestras, procedeu com os informes gerais, onde: Marco Antonio Vaz **SOBRENOME** (IPÊ) informou que a proposta encaminhada ao PCE apresentada na reunião anterior e que visa garantir a realização das reuniões e divulgação do Mosaico BRN para o ano de 2012 já foi aprovado, faltando a assinatura do Convênio. Wilde sugeriu que se contacte o Trajano para saber se haverá a prorrogação do Projeto CCA, caso contrário, ficará complicada a execução do projeto até Dezembro de 2012. Como encaminhamento, Francisco e Ana Flávia ficarão a cargo de redigir o e-mail e encaminhar ao Trajano. Em seguida, Ana Flávia comentou sobre as reuniões da Câmara Técnica de Educação e a sugestão dos participantes foi de elaborar uma carta endereçada aos candidatos vereadores para estabelecer um compromisso desses candidatos com as reivindicações apresentadas, buscando a melhoria na educação. Yara sugeriu redigir uma carta de compromisso socioambiental a ser apresentada aos candidatos vereadores de Novo Airão visando estabelecer os compromissos dos vereadores eleitos com as causas socioambientais. A sugestão foi acatada pelos conselheiros. Como pauta adicional, Aginaldo informou sobre a renovação do Conselho do CERBAC e aprovação do Regimento Interno, à luz do Decreto de sua Criação. Afirmou que a Rede GTA encerra as suas atividades no Conselho de Mosaico e, com o ingresso do ISA no CERBAC, automaticamente o ISA comporá o Conselho do Mosaico BRN, sendo conselheiro suplente do IPAAM, caso haja aceitação. Sobre o Projeto Corredor Central da Amazônia, vem sendo discutida sua prorrogação para Dezembro de 2013, sendo que a decisão ocorrerá em Outubro/2012 entre os Governos Brasileiro e Alemão. No momento, a Coordenação Estadual e Nacional estão discutindo a liberação do recurso financeiro para o projeto do IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas, que apoiara as ações do Mosaico. Em seguida, Francisco Borges (FOPEC) apresentou proposta de redelimitação do PAREST do Rio Negro Setor Sul. Em negociação com o INCRA e a SDS, há a possibilidade de rearranjo de terras, no entanto, até o momento ainda não houve uma definição. Segundo Francisco Pinto, houve uma nova proposta desenhada que foi avaliada em Audiência Pública, onde estariam inseridas as comunidades do PDS Cuieiras. Como não houve negociação com o INCRA em relação à sobreposição com a área do PDS, retornou-se as discussões baseada na proposta original, onde os limites da RDS estaria numa gleba da União, porém não estaria sobreposta ao PDS. No momento, a SDS está aguardando o posicionamento do Programa Terra Legal para poder dar continuidade ao processo de redelimitação e recategorização. Portanto, Francisco (FOPEC) solicitou que encaminhe um Ofício ao Programa Terra Legal, MDA, agendando uma reunião com a SDS, FOPEC, Conselho do Mosaico e comunitários, como forma de pressionar a redelimitação do Parque e recategorização para RDS. Além disso, Francisco (FOPEC) sugeriu também que se redija uma carta de agradecimento à Secretária Nádia Ferreira (SDS) por apoiar os gestores das UCs Estaduais na capacitação do ARPA. Prosseguindo com a pauta adicional, Romério Briglia Ferreira (ICMBio) apresentou a proposta de

construção de quatro usinas hidrelétricas no rio Branco, Estado de Roraima, e ressaltou que não há qualquer menção em utilizar energia alternativa como, por exemplo, a energia eólica. Romério contextualizou a situação das principais ameaças na bacia do rio Branco, sendo elas: aumento da pressão de pesca, intensificação do uso do solo, alterações nos ambientes aquáticos (assoreamento, agrotóxicos, extração de argila). Até o momento, o GT da OEMA indeferiu o pedido de licenciamento para a construção da UHE Bem Querer. O IPHAN relatou que o local é um patrimônio arqueológico, no entanto, não há empecilho para a instalação do empreendimento, caso seja de interesse público. Priscila informou que será redigida, com o auxílio de pesquisadores, uma Nota Técnica a ser encaminhada aos Ministérios, onde serão ressaltadas a importância e a influência que o rio Branco exerce sobre o rio Negro e, conseqüentemente, nas formações das ilhas tanto do PARNA Jaú como de Anavilhanas, além de que, o licenciamento está a nível estadual e fará uma tentativa de trazer o licenciamento para a esfera federal. Houve sugestão de contactar a UNESCO, uma vez que as áreas afetadas são consideradas como Patrimônio Mundial. Priscila sugere uma Moção solicitando novos estudos e novas propostas para produção de energia que não seja tão impactante como a UHE Bem Querer a ser encaminhada ao Ministério Público, com cópia para a Casa Civil, à OEMA. Sobre o Colegiado, Ana Flávia propôs que as organizações que compõem o Colegiado encaminhem uma carta ao Conselho de Mosaico descrevendo o perfil de sua organização e como ela poderá contribuir com a execução das ações propostas no plano de ação do Mosaico do BRN. Sobre o ISA – Instituto Socioambiental – Wilde contextualizou sobre a atuação da Instituição na calha do rio Negro e a formação da Rede Rio Negro, tendo como instituições integrantes: ISA, Secoya, IPÊ, FVA, WWF e FOIRN. A prioridade de ação da Rede Rio Negro é o ordenamento territorial. Wilde se propôs a participar das reuniões do Mosaico, como ouvinte, com o objetivo de contribuir com as ações no Baixo Rio Negro. Como encaminhamentos finais, as Câmaras Técnicas serão responsáveis por apresentar, na próxima reunião, o orçamento do Plano de Ação do Mosaico BRN; foi formado um grupo, composto por Clarice (SEMMADES), Alexandre (ICMBio), Jaime (SDS/CEUC) e Francisco (FOPEC) para resgatar os documentos referentes aos licenciamentos ambientais referentes à atividade de exploração de areia na calha do rio Negro (entre os PARNA Anavilhanas e Jaú) e rio Cuieiras e elaborar um diagnóstico para ser encaminhado ao Ministério Público, se for o caso. Por fim, Francisco Oliveira agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a reunião do Conselho. Eu, Clarice Bassi, redigi esta Ata que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro.